
UM IMBRÓGLIO DO *TRACTATUS*: ‘P’ DIZ P

Luiz Hebeche

Resumo:

Este artigo aborda uma ambiguidade latente no TLP quando trata de diferenciar as proposições autênticas e as inautênticas, as extencionais e as intencionais, e mostra como, para sair dela, Wittgenstein teve de mudar completamente sua concepção e passar da lógica para a gramática.

Palavras-chave:

Proposições extencionais, signos e atitudes proposicionais.

Abstract:

In this article it's addressed a latent ambiguity in Wittgenstein's TLP concerning the differences between authentic and inauthentic, extensional and intentional propositions, exploring how to avoid this ambiguity, Wittgenstein thoroughly changed his conceptions, moving from logic to grammar.

Keywords:

Extensional propositions, signs, propositional attitudes.

As proposições intencionais, no jovem Wittgenstein, são reconhecidamente obscuras. Em TLP 5.54, Wittgenstein sustenta a sua concepção básica sobre a natureza da proposição, isto é, de que uma proposição não tem sentido a partir de outra, ou melhor ainda, que, "na forma geral, uma proposição acontece (*vorkommt*) na proposição apenas com base nas operações de verdade"; operações, aliás, obtidas a partir da operação de *dupla negação* feita em proposições elementares (TLP 5.5). Wittgenstein também afirma que as proposições da lógica nada têm a ver com o mundo, que as proposições da matemática são como parte das proposições da lógica e também nada dizem sobre os fatos.

As proposições da ciência, por sua vez, são intermediárias entre o empírico e o não empírico, isto é, enquanto as afirmações científicas dizem algo sobre o mundo, elas são contingentes; mas quando não contingentes, ou seja, enquanto nada têm a dizer sobre os fatos elas devem limitar-se então a refletir os métodos de representá-los. Esse duplo aspecto das proposições das ciências não lhes retira o estatuto rigoroso expresso em TLP 4.11 em que a totalidade das proposições verdadeiras se confunde com a totalidade das ciências naturais. Mas é o tratamento dado às proposições probabilísticas que pode situar melhor nosso tema.

As proposições de probabilidade não são assunto da lógica, pois a lógica independe dos fatos. As proposições que tratam de que algo possa ou não ocorrer são contingentes, embora elas não tenham o estatuto das ciências. A probabilidade envolve afirmações do tipo: "Eu creio que p" ou "Ele supõe que p", e, nestes casos, dá-se a entender que uma proposição entra em outra proposição e, portanto, desde fora, lhe dá seu sentido. Mas, se para Wittgenstein, a probabilidade é assunto da psicologia devemos indagar sobre o estatuto dessas proposições que expressam expectativas, crenças e intenções. Como elas se adequam à concepção básica do *TLP* que parecem por em questão?

Essas indagações surgem com o que afirma-se em TLP 5.541:

À primeira vista parece que uma proposição poderia entrar em outra de maneira diferente. Especialmente em certas formas proposicionais da psicologia, como "A crê que p é o caso" ou "A pensa p", etc.

Pode superficialmente parecer que a proposição p está em uma certa relação com o objeto A. (E na moderna Teoria do Conhecimento (Russell, Moore, etc.) essas proposições foram concebidas assim).

E em TLP 5.542:

É claro que "A crê que p", "A pensa p", "A diz p", são da forma "'p' diz p"; e aqui não se trata da coordenação de um fato e um objeto, mas da coordenação de fatos pela coordenação de seus objetos.

Assim, as proposições do tipo "Enrique acredita que está chovendo" apresentam uma imediata dificuldade, pois sua verdade ou falsidade parece não depender da veracidade de seus constituintes. De modo que "está chovendo" pode ser verdadeira ou falsa, sem afetar a verdade ou falsidade de toda a proposição, pois pode ser falso que esteja chovendo, mas verdade que Enrique acredita nisso, e pode ser falso que Enrique acredite, mas verdade que esteja chovendo (Mounce, 1981, p.80). Ora, se uma proposição genuína é função de verdade das proposições elementares, então vemos que estas proposições parecem disfarçar a efetiva forma lógica do mundo, onde não há lugar para crenças, suposições ou expectativas¹.

Para a elucidação de TLP 5.542, Mounce toma inicialmente sua última parte em que se afirma que: "'p' diz p": isso não envolve uma correlação de um fato com um objeto, mas antes a correlação dos fatos por meio da correlação de seus objetos. Essa parte da proposição fica mais clara se lembrarmos da materialidade do signo, como se encontra em TLP 3.1431:

A essência do signo proposicional torna-se muito clara quando o imaginamos composto de objetos espaciais (como cadeiras, mesas, livros) em vez de signos escritos. A recíproca posição espacial destas coisas expressa o sentido da proposição².

E também em TLP 3.1432:

Não: "o signo complexo 'aRb' diz que a está em relação R com b, senão que: "a" está numa relação com "b" diz que 'aRb'.

O sentido da proposição é o arranjo dos signos que expressam um estado de coisas. O importante é que o sentido da proposição não é outro objeto; ou seja, a proposição não depende de outra que a diga, mas, antes, ela se mostra no modo como os

¹ Nesta ambigüidade já se mostra a raiz, na expressão de K. O. Apel, do conflito metódico-metodológico da filosofia wittgenteiniana (e filosofia analítica posterior). Tal conflito está em que ao se submeter as atitudes proposicionais à lógica extensional acaba-se afastando as sentenças do tipo "Eu creio que p", "Eu penso que p", etc., para um segundo plano inviabilizaria uma compreensão mais universal da linguagem.

² Essa proposição reforça a tese de que os objetos do TLP seriam os do mundo cotidiano e familiar (cadeiras, mesas, copos, portas, livros, etc.).

signos (objetos) estão arrumados; por isso que a "diferença no sentido entre 'aRb' e 'bRa' não pode ser explicada em termos dos objetos pelos quais eles estão; ambos expressam os mesmos objetos (Mounce, 1981., p.83). O que pode ser dito só porque pode ser mostrado pode ser dito. E a proposição mostra a si mesma. Pensar é figurar. Os fatos são figuras, por isso os fatos só simbolizam fatos. Em 5.542 'p' é um fato, uma ordenação de signos, e o sentido de p não é um objeto (psicológico) pelo qual este fato pareceria estar representado. Em suma, a proposição não envolve a correlação de um fato com um objeto. Ela mostra-se na ordenação dos objetos. A dificuldade desta proposição está na relação entre "p diz p" e as do tipo "A crê p" e "A diz p". Ou com diz Mounce³: Como pode "'p' diz p" ser equivalente a "A crê que p"? Ou melhor ainda, pode "Enrique crê que está chovendo" ser equivalente a "Está chovendo diz está chovendo"? Essas questões não têm uma resposta satisfatória. Wittgenstein nos fornece apenas alguns indícios de explicação. É claro que na origem essas explicações são uma resposta a Russell, que considerava ser a relação entre determinados elementos uma relação externa. De modo que se alguém acredita que A ama B, temos a distinção entre A, ama, B, e ainda o homem que crê. Mas Wittgenstein rejeita totalmente essa posição, afirmando que as relações entre as proposições são sempre internas, e, desse modo, é a relação entre 'p' e o que ele diz. Mounce nos informa que é um ponto realmente difícil na discussão das atitudes proposicionais, pois "se considerarmos 'A crê que aRb', veremos que esta é uma tentativa errônea, uma vez que considera que A crê não é um estado de coisas, mas alguma terceira entidade, ou, mais exatamente, a proposição que é expressa pelos signos. A 'proposição' aqui parece figurar como um objeto distinto ao que está relacionado e com o homem que acredita empiricamente" (Mounce, 1981, p.85). Mounce, porém, entende que essas dificuldades podem ser resolvidas sem que precisemos ir além das formulações do *TLP*.

Mounce aproxima-se de Ascombe para destacar a importância central que "dizer" tem nestas proposições, delimitando dois tipos nitidamente diferentes de relação. A diz 'p' é uma relação empírica que se manifesta no proferimento de certos sons ordenados de algum modo lógico. Por outro lado, 'p' diz que p é uma relação interna. A relação entre 'p' e o que ele diz, assim como os sons que A profere, é claramente empírica; caso contrário, 'p' não poderia dizer que p. Empírico aqui significa

³ Mounce, 1981, p. 84.

a possibilidade de terem usos diferentes e, portanto, diferentes significados. É o que Wittgenstein diz em TLP 4.002:

O homem possui a capacidade de construir linguagens nas quais todo sentido pode ser expresso sem ter ideia de como e do que significa cada palavra. O mesmo faz com que a gente fale sem saber do modo como foram produzidos os sons singulares...

A linguagem ordinária (Umgangssprache) é parte do organismo humano, e não menos complicada que ele.

É humanamente impossível captar imediatamente a lógica da linguagem...

As situações tácitas para compreender a linguagem corrente são enormemente complicadas.

Ocorre que os diferentes usos ou regras da linguagem só são possíveis aqui desde um núcleo que estabelece a unidade entre a linguagem e o mundo. Assim, as proposições do tipo "A crê que p" são do mesmo tipo que "'p' diz p", porque os proferimentos, isto é, as palavras, possuem uma forma lógica sem a qual não há qualquer compreensão de uma linguagem. É por isso que podemos expressar crenças, expectativas, intenções ou pensamentos, desde que possamos compreendê-los linguisticamente.

Segundo Mounce, pode-se entender as "proposições psicológicas" sem empregar diretamente a linguagem verifuncional, desde que elas se mostrem enquanto tais em seus usos. Ora, a dificuldade destas proposições, como vimos, é a de que elas parecem romper com a noção de bipolaridade. Mas Ascombe afirma que "'p' diz p" ou "A crê que p" são proposições genuínas, tendo, portanto, os dois pólos, verdadeiro e falso, e preservando assim a posição central do *TLP*, pois "sua verdade ou falsidade depende de como o signo proposicional "p" é compreendido ao ser descrito. E é claro que, quando for falso, a descrição atinge apenas um aspecto do signo proposicional que teria de ser usado para expressar p. E então qualquer intervenção para que "'p' diz que" possa ser verdadeira, sua interpretação correta é também algo que possa ser verdadeiro ou falso" (Ascombe, 1967, p.90)⁴. Desse modo, se "'p' diz que p" é uma pseudo-proposição, e "A

⁴ A interpretação de Ascombe baseia-se na materialidade do signo, como concebeu Wittgenstein, e que Max Black exemplifica assim: tomando a frase "Londres é maior que Paris", então "'p' diz que p" pode ser considerado: "Londres é maior do que Paris", "Londres" estando à esquerda, e "Paris" à direita de "é maior do que", diz que Londres é maior do que Paris. Esta asserção sobre a frase poderia ser falsa se nossas convenções sobre o significado fossem diferentes, e, portanto, ela é genuinamente uma proposição empírica (material). Entretanto, Black sustenta que Ascombe deixa sem explicar a questão mais importante, que é o modo como "p" diz que p pode ser constituída como função de verdade de seus constituintes, preservando, assim, o caráter genuíno da proposição. E Black não vê como efetivamente ela possa ser constituída (Black, 1982, p. 301). Kenny concorda com Ascombe que para ser capaz de representação do fato p, o signo proposicional tem de ser tão complexo quanto o fato que p, e isso porque A crê que p, diz que p ocorre em A ou é produzido à medida que possa ser uma

crê que p” é desta forma, é fácil de ver então que proposições relacionadas à crença não são exceção para a regra que proposições possam ocorrer em outras proposições genuínas com base em operações verificacionais. “P’ diz que p” é certamente uma pseudo-proposição; e esta é a verdadeira tese do *TLP*. Ela é mostrada pela proposição “p”, como em TLP 4.022:

A proposição **mostra** seu sentido. A proposição **mostra** como as coisas estão se for verdadeira. E diz que estão assim.

Isso já é suficiente para mostrar que o que não pode ser dito pelo que não pode ser mostrado não pode ser dito, e qualquer tentativa para dizer o que apenas pode ser mostrado é uma pseudo-proposição: *o que pode ser mostrado não pode ser dito* (TLP 4.1212) (Kenny, 1981, p.7-8). Só as proposições que descrevem fatos são genuínas. Toda a tentativa de descrever como elas descrevem resultam em proposições sem-sentido. Pensar é lógico. É impossível pensar illogicamente. O enigma não existe. É impossível julgar um contrasenso (TLP 5.5422).

As proposições intencionais parecem, então, limitarem-se a um sujeito empírico. Mas o que efetivamente Wittgenstein quer dizer é que o sujeito pensante, falante ou representante – como pretende a teoria psicofisiológica ou a filosofia da consciência – não existe. Ou seja, não mais se está no “modo de apresentação” da consciência, pois a linguagem agora ocupa o seu lugar. No entanto, certos elementos da filosofia da consciência ainda permanecem. A posição ambígua do *TLP* fica destacada, à medida que, se por um lado Wittgenstein remete o sujeito empírico para a psicologia, acaba, de outro modo, por introduzir um sujeito metafísico – a vontade pura de um hipersujeito que se encontra como na base das operações lógicas. Ou melhor: ocorre aqui uma transcendentalização radical que identifica o sujeito metafísico como limite do “meu mundo” com o sujeito lógico da (minha) linguagem (Apel, 1986, p.77) (ver TLP 5.641).

figuração de p. Mas o passo de Ascombe de que “p” diz que p é uma forma de proposição bipolar e, portanto, genuína, é rejeitado por Kenny, que entende ser ela, ao contrário, uma típica pseudo-proposição, pois uma proposição genuína mostra seu sentido e não pode dizer que o possui (Kenny, 1981, p.7). Porém, as proposições de crença reúnem uma proposição genuína e uma espúria; pois “p” diz que p não tem os dois pólos: verdadeiro e falso. Ascombe afirma que, quando das características acidentais do signo proposicional, é sempre o caso da proposição ser falsa; e que, quando a descrição que identifica precisamente ‘p’ como uma proposição que diz que p, temos então o caso da proposição ser verdadeira. Para Kenny – como para Max Black – “se Ascombe está certa em pensar que ‘p’ diz que p seja uma proposição genuína, é difícil de ver como em sua consideração ‘p’ não possa ocorrer nela não verificionalmente (Kenny, 1981, p.7).

As proposições genuínas permanecem no âmbito do que pode ser dito: não podem expressar o sentido da vida ou o sentido do mundo. A pergunta pelo sentido está fora de sua abrangência. É por isso que a ética – como a lógica – não depende dos fatos do mundo. Daí porque não há proposições éticas, pois o que ocorre no mundo não pode expressar algo de mais elevado (TLP 6.421). Para além das proposições genuínas está o que não pode ser dito, mas apenas mostrado. Portanto, proposições intencionais como "Eu creio em Deus", ou "Eu creio que está chovendo", "Acho que ele tem bom caráter", etc. são, no TLP, proposições não genuínas. A intencionalidade feita por proposições não genuínas cede lugar à extensionalidade das proposições genuínas. A intencionalidade é, portanto, parasitária da extensionalidade. E, a partir da extensionalidade, as proposições intencionais são consideradas como contrasensos⁵. Poder-se-ia supor que elas teriam sentido, mas também esse argumento é, ao fim, rejeitado pelo solipsismo transcendental que, sem o apoio de nenhuma linguagem figurativa, culmina no silêncio. Desse modo, ao contrário do que dão a entender Baker e Hacker, a lógica do TLP é basicamente extensional. Nas PU, porém, o assunto é enfrentado de modo radicalmente distinto, como mostramos em outras oportunidades⁶.

Desse modo, os nomes próprios também só poderiam fazer parte de proposições não genuínas e, por isso mesmo, sequer são considerados no TLP. Ora, para poder ampliar a noção de gramática, e sem ter de abordar em detalhe todos os assuntos do TLP, Wittgenstein, partiu, nas PU, para a crítica do modelo objeto-designação, do solipsismo transcendental do eu, da linguagem privada e, de modo especial, partiu para um ataque direto àquilo que constituía o núcleo da sua primeira obra: a forma geral da proposição. Veremos, brevemente, como foi descartada, nas suas palavras, essa "figura que nos mantinha preso" (PU § 115), que, como vimos, reduziu a intencionalidade da linguagem ao padrão extensional "'p' diz p" e, por conseguinte, tornou todas as sentenças da linguagem que não tem essa forma em proposições não genuínas.

⁵ Baker e Hacker anotaram que o TLP: *Os sentidos das sentenças têm o conteúdo de crenças, compreensão, intenção, significado e outras atitudes proposicionais. Mas Wittgenstein considera óbvio que o que se quer dizer, o que é compreendido, o que se crê, etc., deve ser absolutamente claro e definido. Não pode haver nenhuma vagueza quando eu digo "O relógio está sobre a mesa". De veras, o que nós queremos dizer deve ser sempre claro (NB 68). Ver Wittgenstein - Meaning and Understanding, The University of Chicago Press, 1985, p. 213. Mas é também claro que esse exemplo é distinto do "Creio que o relógio está sobre a mesa".*

⁶ Hebeche, L., *Wittgenstein e os nomes próprios*, Veritas, Porto Alegre, vol. 49, p. 93-123, 2004. Hebeche, L. *Não pense, veja! Sobre a noção de semelhanças de família em Wittgenstein*, Veritas, Porto Alegre, vol. 48, 2003.

Arrisquemos alguns exemplos. "O gato é preto", genuína; "O gato é carinhoso", não genuína; "Está chovendo", genuína; "Creio que está chovendo", não genuína, etc. Mas, no TLP, sequer há exemplos, pois isso poria em dificuldades a tese da correspondência entre os objetos simples e os nomes, os fatos e as proposições elementares; por isso que o dismantelamento do atomismo lógico e da concepção de que a proposição é uma afiguração dos fatos pontilhados ou isolados, não só eliminou a concepção metafísica de que a natureza da proposição espelha a natureza do mundo, mas igualmente afastou-se dos superconceitos metafísicos, e ainda dissolveu a própria noção de tabelas de verdade na versatilidade dos jogos de linguagem constituída de palavras-instrumentos que já se encontram em execução na linguagem ordinária; por isso, e mais uma vez, é preciso refrescar a memória daqueles que advogam uma continuidade entre essas duas obras.

Referências bibliográficas:

- APEL, K.O. *Transformación de la Filosofía* (TF) vol. 2., Madrid, Taurus Ediciones, 1985.
- _____. *Wittgenstein and the Problem of Hermeneutic Understanding*, in L. Wittgenstein – Critical Assessments, vol.4, Londres: Routledge, 1986.
- ASCOMBE, G.E.M., *An Introduction to Wittgenstein's Tractatus Logico-Philosophicus*, Londres: Hutchinson & Company, 3ª Ed. 1967.
- BLACK, M. *A Companion Wittgenstein's Tractatus Logico-Philosophicus*, N. York: Cornell University Press, 1982.
- HEBECHE, L., *Wittgenstein e os nomes próprios*, Veritas, Porto Alegre, vol. 49, p. 93-123, 2004.
- _____. Não pense, veja! Sobre a noção de semelhanças de família em Wittgenstein, Veritas, Porto Alegre, vol. 48, 2003.
- KENNY, A. *The Legacy of Wittgenstein*, Oxford: Basil Blackwell Ltda, 1981.
- MOUNCE, H. O. *Wittgenstein's Tractatus Logico-Philosophicus – An Introduction*, Oxford: Basil Blackwell Ltda, 1981.
- WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-Philosophicus*, Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1984, Band 1.